

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 282/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ Sob nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vilmar Schmoller.

FORNECEDOR REGISTRADO: ZANATTA EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº 05.647.178/0001-42, com sede na Rua Professor Rosa Saporski, nº 969, Bairro Mercês, na cidade de Curitiba/PR, CEP 80.810-120, neste ato representada por seu representante legal Sr. Fernando Augusto Zanatta, inscrito no CPF nº ***.875.***-**.

Pelo presente instrumento, oriundo do processo de licitação nº 129/2025, Dispensa de Licitação nº 05/2025, homologado em 13/05/2025, RP-PNCP nº 165/2024, mediante sujeição as normas constantes na Lei nº 14.133/2021, Resoluções CONIMS nº 58/2023, nº 60/2023, nº 78/2023, nº 109/2023, nº 172/2023 e nº 173/2023, suas alterações e demais normas e legislações aplicáveis e ainda, pelas condições e exigências constantes no aviso de contratação direta e seus anexos, ÓRGÃO GERENCIADOR e o FORNECEDOR REGISTRADO, neste ato representadas por seus representantes legais, ao final subscritos, tem entre si, justo e avençado, assinam o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Formação de registro de preço para locação de Aparelhos CPAP, de acordo com as condições e especificações constantes neste aviso e seus anexos.

2. ESPECIFICAÇÕES

LOTE 01							
ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIPTIVO	APRES	QUANT CPAP.	QUANT MESES	VALOR UNIT. MENSA	VALOR UNIT. ANUAL
1	72021554537	LOCAÇÃO de aparelho CPAP automático com umidificador aquecido, ligado a fonte de energia elétrica bivolt automático, com baixo nível de ruído, pressão de, no mínimo, 4 a 20 cmh20 ou maior, cartão de memória integrado. Deve acompanhar traqueia reutilizável, máscara nasal ou oronasal (conforme prescrição médica), contendo filtros. Apresentar registro na ANVISA do equipamento. Visitas técnicas semestrais com fisioterapeuta para instalação, acompanhamento do uso e funcionamento do equipamento e troca dos descartáveis quando houver necessidade e suporte 24 horas através de 0800 para atendimento ao paciente.	UND.	35	12	280,00	3.360,00

VALOR TOTAL R\$ 117.600,00						
ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	72021554536	Km rodado até o local de entrega do item	KM	4.000	1,52	6.080,00
VALOR TOTAL DO PROCESSO R\$ 123.680,00						

- Observação o item 02 quilometro rodado não estará disponível para negociação, pois se trata de um valor já estimado e irredutível, ademais o item 02 é acessório ao item 01.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE SOLICITAÇÕES DOS ITENS

3.1. Os municípios consorciados atuarão como interessados neste registro de preços, sendo que a distribuição da quantidade de itens registrados, para a execução descentralizada, será feita pelo CONIMS conforme a demanda.

3.1.1. Para a solicitação dos serviços de locação, cada município deverá indicar, por meio de Ofício, um servidor responsável pelo acompanhamento da execução e fiscalização do serviço. O Ofício deverá conter o nome completo, e-mail e telefone para contato do servidor indicado.

3.1.2. O servidor indicado receberá as orientações necessárias para a execução do serviço por meio de Ofício encaminhado pelo setor de Manutenção do CONIMS.

3.2. A aquisição dos itens com os fornecedores registrados será formalizada por esta entidade por intermédio da emissão de pedidos de compras (Solicitação de Fornecimento), as quais somente deverão ser aceitas pelos fornecedores se estiverem devidamente assinadas pelo responsável do Setor de Compras.

3.3. A entrega do objeto relativo a presente dispensa de licitação dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado.

3.4. Não serão efetuadas solicitações sobre faturamento mínimo.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS LOCAIS PARA A INSTALAÇÃO E EXECUÇÃO

4.1. Os locais (municípios) para a entrega do objeto serão:

PARANÁ	SANTA CATARINA
BOM SUCESSO DO SUL/PR	ABELARDO LUZ/SC
CHOPINZINHO/PR	CAIBI/SC
CLEVELÂNDIA/PR	CAMPO ERÊ/SC
CORONEL DOMINGOS SOARES/PR	CORONEL MARTINS/SC
CORONEL VIVIDA/PR	FORMOSA DO SUL/SC

HONÓRIO SERPA/PR	GALVÃO/SC
ITAJAÉ/PR	IRATI/SC
MANGUEIRINHA/PR	JUPIÁ/SC
MARIÓPOLIS/PR	NOVO HORIZONTE/SC
PALMAS/PR	OURO VERDE/SC
PATO BRANCO/PR	PALMA SOLA/SC
SÃO JOÃO/PR	SANTIAGO DO SUL/SC
SAUDADE DO IGUAÇU/PR	SÃO BERNARDINO/SC
SULINA/PR	SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC
VITORINO/PR	IPUAÇU/SC

4.2. No decorrer da vigência contratual outros municípios consorciados ao CONIMS poderão aderir ao processo, aos quais o (s) fornecedor (es) registrado (s), deverão efetuar as entregas dos itens nas mesmas condições ora assumidas quando da assinatura da Ata de Registro de Preços.

4.3. Não será permitida a troca de CNPJ registrado da ata de registro de preço.

4.4. PRAZOS PARA ENTREGA:

4.4.1. O fornecedor registrado deverá realizar a entrega dos itens em até 3 (três) dias úteis após o recebimento da Solicitação de Fornecimento

4.5. CONDIÇÕES PARA ENTREGA:

4.5.1. A entrega do equipamento será realizada pelo fornecedor/prestador, o qual deverá fornecer um responsável técnico para a instalação e repassar as orientações de uso do aparelho ao paciente. O paciente dará o recebimento junto ao servidor indicado pelo Município que acompanhará a entrega do aparelho.

4.5.2. A entrega dos itens poderá ser realizada em qualquer outro endereço (nos limites do município), de acordo com a necessidade da secretaria de saúde do município solicitante.

4.5.3. Aparelhos CPAP: os equipamentos dispostos pelo fornecedor registrado para locação, deverão ser novos ou estarem em perfeito estado de conservação, atendendo as finalidades a que se destinam sem causar nenhum prejuízo aos pacientes.

4.5.4. Cabe ainda, ao fornecedor registrado realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, substituindo, às suas expensas, aqueles que apresentarem defeitos durante o uso pelos pacientes. A troca dos acessórios que acompanham o aparelho quando necessário, também são de responsabilidade do fornecedor.

4.5.5. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

4.5.5.1. A manutenção preventiva deverá ser realizada semestralmente, conforme agendamento prévio e se for solicitado pelo município (através do servidor indicado) e Fornecedor Registrado, além disso, é importante destacar que, caso os acessórios do

aparelho, como filtros, mangueiras, ou outros componentes, apresentem condições inadequadas de uso, como sujeira excessiva ou defeitos que possam comprometer o funcionamento do dispositivo, estes deverão ser substituídos, mesmo que fora do prazo estabelecido para a manutenção preventiva. A troca de tais acessórios é imprescindível para garantir a eficácia do equipamento e a segurança do usuário, visando a continuidade do tratamento de forma segura e eficiente.

4.5.5.1.1. Durante a execução da manutenção, será realizada uma visita técnica, acompanhada pelo servidor indicado pelo município, para garantir a adequada realização dos serviços.

4.5.5.1.2. Caso ocorra qualquer problema com o equipamento, o município deverá comunicar imediatamente o prestador através do suporte 24h.

4.5.5.2. Caso a manutenção não possa ser realizada no mesmo dia e local onde o aparelho se encontra, deverá ser providenciada a **substituição imediata** do equipamento por um modelo **igual ou superior**, a fim de garantir que os pacientes não fiquem desassistidos. A substituição temporária do aparelho é essencial para assegurar a continuidade do tratamento, sem interrupções, mantendo a qualidade e a eficácia do atendimento aos usuários.

4.5.6. Constatada qualquer irregularidade quanto ao item, ao acondicionamento, ao transporte ou qualquer descumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor registrado, poderá o CONIMS instaurar processo administrativo para apuração de responsabilidade com aplicação de sanções legalmente cabíveis.

4.5.7. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

4.5.7.1. A manutenção corretiva consiste no atendimento às solicitações de serviços eventuais, ausentes de programação prévia, a serem executados em regime normal, de urgência ou emergência, de acordo com as ocorrências, quantas vezes forem necessárias, sempre que houver paralisação do equipamento ou quando for detectada a necessidade de correção de defeitos apresentados que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos mesmos.

4.5.7.2. Para os casos considerados NORMAIS (aqueles casos em que o atendimento não será afetado), o prazo máximo para a apresentação do representante/técnico do Fornecedor Registrado será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento do chamado.

4.6. DESLOCAMENTO:

4.6.1. será cobrada a quilometragem para a instalação e para a manutenção/visita técnica semestral do equipamento, caso haja necessidade.

4.6.2. Considerando o território que será coberto pela contratação (de todos os Municípios Consorciados), será fixado valor de deslocamento, adotando-se o parâmetro de cálculo dos quilômetros rodados da sede do CONIMS (Pato Branco) ao Município solicitante ou da sede

do Fornecedor Registrado ao município solicitante, priorizando sempre o endereço mais próximo ao local da realização da manutenção.

4.6.3. O adicional de deslocamento não será aplicado se o Fornecedor Registrado estiver sediado no município solicitante.

4.6.4. Quando agendada as manutenções semestrais, se o fornecedor estiver em um município e fazer manutenção em outro município no mesmo dia, o deslocamento será contado a partir da saída do outro município.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO REGISTRADO

5.1. Os itens serão solicitados através de Solicitação de Fornecimento e deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal, na qual deverá impreterivelmente constar o número da solicitação de fornecimento que a originou, valor unitário e total, quantidade.

5.2. Todos os itens entregues serão fiscalizados e, se apresentarem quaisquer problemas deverão ser repostos no prazo de 3 (três) dias úteis, sem prejuízo para a Administração.

5.3. O recebimento definitivo não isenta o (as) fornecedor registrado de suas responsabilidades assumidas por meio desse registro de preço.

5.4. Em caso de devolução do item por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas ao fornecedor.

5.5. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento, serão aplicadas ao fornecedor registrado, as sanções previstas no aviso de contratação e ata de registro de preço, bem como na legislação vigente.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do item fornecido nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata.

CLÁUSULA SEXTA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DOS ITENS

6.1. A ata de registro deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A execução da ata de registro deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) da ata, e gestor da ata, ou pelos respectivos substitutos de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.3. O fiscal da ata, bem como o gestor da ata, são os designados conforme Resolução CONIMS.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de 15/05/2026, podendo ser prorrogada por igual período, diante

da anuência do fornecedor registrado, sendo adotado para a prorrogação as quantidades totais inicialmente registradas, comprovando-se por meio de pesquisa de preços de mercado que o preço se mantém vantajoso.

7.2. Após o término da primeira vigência e/ou da prorrogação, poderá ainda, no prazo de validade da ata e com anuência do fornecedor registrado, ser formalizado Contrato, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses ou até que o saldo seja utilizado, o que ocorrer primeiro.

7.4. A quantidade indicada no Contrato poderá ser com o saldo total inicial da ata vigente ou remanescente conforme análise da administração.

7.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta da dotação orçamentária:

02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 fonte 076.

CLÁUSULA NONA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL

9.1. O fornecedor registrado deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica de Serviço, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 - Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 - Inscrição Estadual: Isenta - Inscrição Municipal: 247858.

9.2. O cálculo dos impostos e tributos é de responsabilidade da emitente. Sendo obrigatória a retenção do IRRF na forma da IN RFB 1234/12 - Anexo I.

9.3. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, deve ser encaminhada ao e-mail: contabilidade@conims.pr.gov.br no ato de sua emissão, juntamente com o documento de cobrança, e/ou seja disponibilizado pelo fornecedor registrado acesso em área restrita com login e senha.

9.4. Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou constatação de erros, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que o fornecedor registrado providencie as medidas saneadoras.

CLÁUSULA DÉCIMA - VENCIMENTO E PAGAMENTO

10.1. A competência é mensal, vencimento se dará até o dia 30 do mês posterior a data do aceite definitivo da Nota Fiscal, em moeda corrente nacional, através de crédito, DOC ou TED na conta corrente pessoa jurídica no mesmo CNPJ registrado.

10.2. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor do objeto contratado.

10.3. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.4. Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

10.5. O fornecedor registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, serão adotadas as medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (05/05/2025).

11.2. Em caso de prorrogação do prazo, o valor poderá ser objeto de reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, variação dos custos na planilha de preços, de forma simultânea ou subsidiária, conforme o caso concreto, preponderando o menor índice. O reajuste será calculado com o índice da data em que o aditivo de prorrogação for realizado.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas seguintes situações:

12.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos

imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto da Lei nº 14.133, de 2021;

12.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os valores registrados;

12.4. Quando da solicitação de reequilíbrio econômico o mesmo deverá ser devidamente comprovado, mantidos os valores dos meses anteriores.

12.5. O pedido de reequilíbrio não tem efeito suspensivo.

12.6. O pedido será analisado pelo setor competente do CONIMS no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos e, em havendo necessidade de juntada de novos documentos ou a correção/esclarecimento dos apresentados, o agente os requisitará, indicando prazo para o seu atendimento.

12.7. No caso de necessidade de juntada de novos documentos, diligências ou outras providências por parte do Interessado, o prazo para análise fica suspenso.

12.8. Regularizada a instrução e sendo deferido o reequilíbrio, este produzirá efeitos retroativos à data da solicitação, cujo acréscimo será pago na fatura pendente ou, em não havendo, em pagamento complementar.

12.9. Não regularizada a instrução na oportunidade a que se refere o item anterior, sendo necessárias complementações ou mais esclarecimentos, o pedido de reequilíbrio, se deferido, terá efeitos retroativos a contar da última manifestação do Fornecedor.

12.10. O pedido de reequilíbrio econômico financeiro deverá ser enviado ao e-mail licitacao@conims.pr.gov.br e instruído com os seguintes documentos:

12.11. Requerimento assinado pelo representante legal da empresa.

12.12. Cópia de documentos que comprovem o alegado (notas fiscais anteriores e posteriores a dispensa, ofício/carta de laboratório e outros documentos que se entender necessário.

12.13. Demonstrativo abaixo preenchido (um para cada item):

Processo nº 129/2025 Dispensa de Licitação nº 05/2025	
Nº do Item:	
Descrição do Item:	
Marca:	
Dados que serviram de base para oferta de preços na dispensa de licitação	Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro
Preço registrado na dispensa de licitação	Novo preço proposto
Preço de compra antes da dispensa licitação	Preço de compra atual

Data da compra	Data da compra
Nº da Nota fiscal	Nº da Nota fiscal
% da margem sobre o preço de compra*	% da margem sobre o preço de compra*

* Referente a porcentagem da margem sobre o preço de compra poderá ser solicitado que seja detalhada, por exemplo: Frete, Imposto, Custos indiretos e Diretos entre outros.

12.14. O CONIMS, poderá a qualquer tempo, mediante prévia notificação ao Fornecedor, reduzir o preço contratado, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado.

12.15. Antes de deferir o pedido de reequilíbrio, poderá o CONIMS consultar o preço praticado pelas licitantes incluídas no cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço, liberando a requerente do compromisso de entregar os materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR - CONIMS

13.1. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao fornecedor, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

13.1.1. A fiscalização poderá se dar a qualquer momento inclusive sem a necessidade de aviso prévio ao fornecedor registrado.

13.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor registrado, em tempo hábil, de quaisquer dúvidas relacionadas à execução do objeto.

13.3. Efetuar o pagamento dos itens de acordo com as condições ora estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR REGISTRADO

14.1. O Fornecedor Registrado deverá cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no aviso e termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto

14.2. Executar diretamente a ata de registro de preços na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.

14.3. Fornecer o item registrado obedecendo as normas e regulamentações legalmente vigentes.

14.4. Fornecer o item registrado, obedecendo rigorosamente o descrito na proposta e em perfeita conformidade com as condições estabelecidas pelo aviso de contratação e Termo de Referência aos quais vincula-se a ata.

14.5. Cumprir com o estabelecido, mantendo o CONIMS informado, de acordo com as conveniências deste, de todos os pormenores dos serviços.

14.6. O fornecedor registrado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, bem como, todas as condições de habilitação especificadas no aviso de contratação e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, o fornecedor registrado será notificado para regularização, caso não seja solucionado, os serviços poderão ser interrompidos, ressalvado o direito de recebimento pelos serviços já executados

14.7. Garantir o fornecimento continuamente, sem interrupções, de acordo com os prazos, horários previstos, padrões de qualidade, quantidades exigidas e as normas técnicas e legais aplicáveis ao ramo do negócio do objeto registrado. Em caso de falhas, defeitos ou vícios nos itens, o fornecedor registrado se obriga a corrigi-los imediatamente e a esclarecer ao Órgão Gerenciador sobre o ocorrido.

14.7.1. Em caso desses vícios não serem sanados no mesmo dia e local onde encontram-se o aparelho, este deverá ser substituído por um igual ou superior, para que não fique os pacientes desassistidos do aparelho.

14.8. Prestar assistência técnica durante toda a vigência da ata, disponibilizando o atendimento quando solicitado, nos prazos estabelecidos neste instrumento, sem qualquer ônus para o Órgão Gerenciador, bem como informar tarifas e preços.

14.9. Executar os reparos independentes do número de horas que forem necessários, sem custos adicionais ao Órgão Gerenciador.

14.10. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas direta ou indiretamente resultantes desta dispensa de licitação.

14.11. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pelo CONIMS quanto ao fornecimento do item ora registrados. Comunicar imediatamente ao CONIMS toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução desta ata de registro.

14.12. O fornecedor registrado é responsável por danos causados ao CONIMS, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da ata, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução pelo órgão ou responsável do CONIMS.

14.13. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

14.14. Comunicar ao CONIMS de forma imediata as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social e demais alterações que por ventura vierem a acontecer enquanto da vigência da ata.

14.15. Em caso de transformação da Ata em contrato, o fornecedor aceitará nas mesmas condições da ata/contrato os acréscimos ou supressões, que se fizerem necessários no serviço, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da Ata atualizado, consoante o disposto nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.

14.16. O Fornecedor registrado responsabilizar-se-á pelo pagamento de qualquer imposto, taxa ou demais despesas decorrentes da execução do objeto desta dispensa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da contratação direta ou da ata de registro que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de registro de preço, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É dever do fornecedor registrado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor registrado, que mediante culpa ou dolo:

a) Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços, assim entendida o não atendimento da quantidade total solicitada, o atraso na entrega, a entrega de item diverso do registrado ou outra irregularidade que não gere a inexecução total, mas viole obrigações contratuais em caráter parcial;

b) Der causa à inexecução total da ata de registro de preços, assim entendida o não atendimento do objeto da Ata em sua integralidade, em casos em que o pedido de fornecimento conter a sua totalidade;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do registro de preços sem motivo justificado;

d) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata de registro de preços;

e) Praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;

f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

16.2. Serão aplicadas ao fornecedor registrado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o fornecedor registrado der causa à inexecução parcial ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b" e "c" do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "d", "e", "f" e "g" do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas "b" e "c", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

d) Multa, podem ser cumulativas ou não:

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 31 dias autoriza a Administração a promover a extinção da ata de registro de preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da multa.

(2) Compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do pedido de fornecimento ou do item pertinente, nos casos de inexecução parcial, não previstos no item anterior ou de qualquer outra irregularidade do objeto, em valor não inferior a R\$ 1.500,00 e, se em valor excessivo, passível de redução a critério do julgador;

(3) Compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da ata, no caso de inexecução total do objeto, passível de redução a critério do julgador.

16.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata de registro de preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao órgão gerenciador.

16.4. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

16.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONIMS ao fornecedor registrado, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, se inerte o fornecedor no seu recolhimento administrativo, no prazo máximo de 30 (trinta) a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CONIMS.

16.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor registrado, observando-se o procedimento previsto na Resolução CONIMS nº 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

16.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o fornecedor registrado;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.9. A personalidade jurídica do fornecedor registrado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta ata de registro de preço ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Órgão gerenciador, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma da Resolução CONIMS nº 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CANCELAMENTO/EXTINÇÃO DA ATA

17.1. A Ata de Registro de Preços se extingue quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

17.2. Cancelamento do registro do fornecedor

17.2.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo CONIMS, observado o devido processo legal, quando o fornecedor.

I - Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa razoável;

III - Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de o mesmo tornar-se superior aos praticados no mercado;

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2.2. Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o CONIMS poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

17.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o CONIMS poderá

convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação e as particularidades do caso, em especial, o valor de mercado do item.

17.3. Cancelamento do preço registrado:

17.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo CONIMS em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - Se não houver êxito nas negociações, nos casos em que o preço se tornar superior aos praticados no mercado, conforme art. 16 e 17 da resolução CONIMS nº 173/2023

17.4. Caso a proponente vencedora da Dispensa se recusar a assinar a Ata ou houver cancelamento do registro de preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, o CONIMS convocará os demais participantes conforme a ordem de classificação, observando.

17.4.1. O fornecedor que aceitar cotar os bens com preços iguais ao do adjudicatário (vencedor);

17.4.2. Os fornecedores que mantiverem sua proposta original;

17.5. Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do CONIMS e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SUBCONTRATAÇÃO

18.1. A ata de registro de preço não poderá ser objeto de cessão, transferência e/ou subcontratação no todo ou em parte, não podendo o fornecedor registrado se valer deste para vincular terceiros à presente registro, sob pena de imediato cancelamento e aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – AÇÕES JUDICIAIS

19.1. Qualquer ação judicial contra o Órgão Gerenciador oriundo do fornecimento pelo Fornecedor Registrado, ou mesmo que venha a Órgão Gerenciador compor a lide, será de exclusiva responsabilidade do Fornecedor Registrado, a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo o Órgão Gerenciador todo e qualquer valor que for obrigado a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1. Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.



Documento assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO ZANATTA
Data: 14/05/2025 16:24:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pato Branco/PR, 14 de maio de 2025

FERNANDO AUGUSTO ZANATTA
FORNECEDOR REGISTRADO

VILMAR SCHMOLLER
ÓRGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

JEAN RICARDO DORSI
CPF: *.042.***-****

SANDRA FIM
CPF: *.809.***-****



ESTADO DO PARANÁ
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

RUA AFONSO PENA., 1902 - ANCHIETA - Pato Branco - PR
CEP: 85501-530 CNPJ: 00.136.858/0001-88 Telefone: (46) 3313-3550
E-mail: conims@conims.pr.gov.br Site: www.conims.pr.gov.br

Página: 1 / 1

[CONIMS] - Quadro Comparativo de Preços (Fornecedor)

Processo/Ano: 129/2025
Licitação: 5/2025 - DL
Modalidade: Dispensa de licitação
Objeto: Formação de registro de preço para locação de Aparelhos CPAP, de acordo com as condições e especificações constantes neste aviso e seus anexos

Item	Fornecedor	Marca	Qtd.	Un.	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classif.
Fornecedor: ZANATTA EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA									
1	LOCAÇÃO de aparelho CPAP automático com umidificador aquecido, ligado a fonte de energia elétrica bivolt automático, com baixo nível de ruído, pressão de, no mínimo, 4 a 20 cmh2O ou maior, cartão de memória integrado. Deve acompanhar traqueia reutilizável, máscara nasal ou oronasal (conforme prescrição médica), contendo filtros. Apresentar registro na ANVISA do equipamento. Visitas técnicas semestrais com fisioterapeuta para instalação, acompanhamento do uso e funcionamento do equipamento e troca dos descartáveis quando houver necessidade e suporte 24 horas através de 0800 para atendimento ao paciente (72021554537)		420,000	UND		280,0000	117600,00	Venceu	1
2	Km rodado até o local de entrega do item (72021554536)		4000,000	KM		1,5200	6080,00	Venceu	1
Total do Fornecedor:								R\$123.680,00	
Total dos Itens Vencedores:								R\$123.680,00	

Assinantes

- ✓ **Sandra Fim**
Assinou em 14/05/2025 às 13:54:31 com o certificado avançado da Betha Sistemas
Eu, Sandra Fim, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **Jean Ricardo Dorsi**
Assinou em 14/05/2025 às 13:55:45 com o certificado avançado da Betha Sistemas
Eu, Jean Ricardo Dorsi, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **VILMAR SCHMOLLER**
Assinou em 14/05/2025 às 13:58:18 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de VILMAR SCHMOLLER com o CPF ***.910.449-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
Eu, VILMAR SCHMOLLER, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

DPY**95J****MZX****682**